

ITINERIS: Proteção dos Direitos dos Migrantes contra a Exploração e Tráfico, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia

Relatório da III Reunião Técnica com Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante sobre tráfico internacional de pessoas

Local: Mar Hotel Recife, Recife, Pernambuco, Brasil.

Data: 09 a 11 de novembro de 2011

Coordenação: Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça do Brasil (DEJUS/SNJ/MJ) e o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)

Facilitadora: Sra. Verônica Maria Teresi, Consultora ICMPD

A III Reunião Técnica contou com a presença de 58 participantes das equipes dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, da equipe do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Departamento de Justiça, Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (ETP/DEJUS/SNJ/MJ), palestrantes, e parceiros do Projeto Itineris.

DIA 1: QUARTA-FEIRA, 9 NOVEMBRO (TARDE)



A III Reunião Técnica com Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante foi iniciada com uma mesa de abertura composta pela Secretaria Nacional de Justiça e pelo *International Centre for Migration Policy Development*, representados, respectivamente, pelo

Secretário Nacional de Justiça, Dr. Paulo Abrão Pires Júnior e pelo Oficial de Projetos Enrico Ragaglia.

A facilitadora Verônica Maria Teresi apresentou a agenda do evento, chamando a atenção dos



participantes para os principais pontos a serem abordados durante os dois dias e meio de trabalhos bem como para os objetivos do encontro. Em seguida, fez uma dinâmica de apresentação para promover a interação entre os participantes sobre as expectativas sobre o encontro.

Segue um breve resumo das expectativas:

1. Implementar o aprendizado sobre a temática tráfico de pessoas;
2. Trocar experiências a partir das realidades regionais;
3. Amadurecer idéias;
4. Integração;
5. Parcerias;
6. Conhecer as dificuldades encontradas na implementação e articulação de Núcleos e Postos;
7. Buscar maior comprometimento de agentes públicos;

8. Melhor a assistência por parte do Ministério da Justiça;
9. Comprometimento dos agentes;
10. Consolidação do grupo;
11. Fortalecimento da Rede Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
12. Conhecer fluxos de atendimento às vítimas;
13. Receber informações atualizadas sobre o Tráfico de Pessoas;
14. Implementação da Rede Nacional de Enfrentamento.

A Oficial de Projetos do ICMPD, Fabiana Gorenstein apresentou o Projeto “Itineris: Proteção dos Direitos dos Migrantes contra a Exploração e Tráfico, do Brasil para Estados-Membros da União Européia”, demarcando a III Reunião Técnica como uma das atividades a ser executada no marco da implementação do Projeto Itineris. Os componentes do projeto, as atividades, as instituições parceiras e os doadores do projeto foram apresentados em detalhe.

Em uma sessão de perguntas e respostas, os participantes tiveram oportunidade de esclarecer dúvidas e apresentar sugestões sobre como melhorar a eficácia do Projeto, de acordo com o princípio da local *ownership*¹. As perguntas tinham por objetivo esclarecer procedimentos de seleção sobre as visitas aos Núcleos e Postos para elaboração dos procedimentos operacionais



padrão e sobre a visita estudo a ser realizada na Europa. Ambas decisões são atribuição da Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, parceiro do Projeto no Componente 2.

¹ Tradução livre: responsabilidade local ou apropriação de conhecimento.



DIA 2: QUINTA-FEIRA, 10 NOVEMBRO

Sessão I: Intercâmbio Técnico entre parceiros nacionais e internacionais – análise de contexto sobre Pernambuco

Convidados:

Sra. Chopelly Glaudston, (Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco/AMOTRANS)

Sra. Nanci Feijó (Associação das Profissionais do Sexo de Pernambuco, PE)

Sr. Jayme Benvenuto (Universidade Católica de Pernambuco)

Moderadora: Verônica Maria Teresi, Consultora ICMPD



Essa sessão teve como finalidade estimular os participantes a identificar os fatores relevantes e/ou causas para migrações ou facilitação do recrutamento para fins de tráfico de pessoas a partir de elementos encontrados no contexto pernambucano. Para isso foram convidados três palestrantes que refletiram sobre contexto da prostituição, da transexualidade e dos aspectos relacionados às ocorrências de violação de direitos humanos naquele Estado.

A palestrante Chopelly Glaudstone apresentou a missão da AMOTRANS/PE, criada para mobilizar a opinião pública sobre os direitos das transexuais e travestis. Entre os objetivos centrais da organização estão a aprovação do PL 122 (criminalização da homofobia, lesbofobia e transfobia); a regulamentação do uso de nomes sociais nos documentos públicos de identificação pessoal, a realização de um diagnóstico sobre a situação das transexuais e travestis contemplando direitos econômicos, sociais e culturais, com ênfase no fortalecimento do acesso a educação superior e na inclusão laboral.

A palestrante Nancy Feijó apresentou o trabalho desenvolvido pela Associação das Profissionais do Sexo de Pernambuco no que se refere à prevenção de HIV-AIDS; na sensibilização da sociedade sobre os direitos das profissionais do sexo e, sobre a necessidade de colaborar ativamente com outros movimentos sociais, estaduais e nacionais para a garantia dos direitos das trabalhadoras do sexo.

O palestrante Jayme Benvenuto abordou temas estruturais referentes à situação da violência em Pernambuco, utilizando uma abordagem social e cultural, enfatizando questões de discriminação por gênero, etnia e classe social. Por fim chamou atenção para a importância de se implementar políticas de reabilitação, recuperação e reparação das vítimas de violência.



A partir das apresentações foi feito um trabalho de grupo cujo objetivo era promover a reflexão e o intercâmbio de experiências entre os participantes. O resultado do trabalho em grupo discutido em plenária pode ser resumido em três temas centrais:

- Aprofundar a discussão sobre indicadores de tráfico para diferenciar os casos de exploração dos de tráfico de seres humanos, especialmente, mas não exclusivamente, no que diz respeito a migrações das transexuais e travestis;
- Estabelecer contato com outros grupos vulneráveis ao tráfico, como o das travestis e transexuais para que sejam promovidas ações de prevenção, com maior difusão de conhecimento sobre o crime de tráfico ou de oferta de atendimento nos casos de retorno;
- A necessidade de se ampliar o conhecimento sobre o conceito de tráfico de seres humanos e sobre as ações e serviços oferecidos pelas redes de enfrentamento nos Estados e Municípios para grupos potencialmente vulneráveis.



Sessão II: Mobilidade Humana

Convidado:

Rinaldo Gonçalves de Almeida, Conselheiro do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, Ministério do Trabalho e Emprego

Moderadora: Verônica Maria Teresi, Consultora ICMPPD

Essa sessão teve como finalidade apresentar conceitos básicos sobre o tema das migrações, suas causas, seus impactos na sociedade de origem e de destino; fluxos de migrantes; migração e trabalho; migrações e gênero; direito de ir e vir e fluxos migratórios mistos.



Deu-se prioridade a apresentação dos instrumentos nacionais que regulam os direitos dos migrantes no Brasil, bem como a estrutura e documentos relevantes expedidos pelo Conselho Nacional de Imigração -CNIg, Ministério do Trabalho e Emprego. O Conselheiro do CNIg chamou atenção dos participantes sobre a posição do Governo Brasileiro de não criminalizar as migrações, implementando medidas de regularização e campanhas de informação aos migrantes. Um das funções centrais do CNIg é “criar canais migratórios regulares e transparentes reduzindo discricionariedade do ato administrativo” referente a migrações. Por fim, ressaltou a importante Resolução CNIg n.º 93/2010 que dispõe sobre a concessão de visto temporário para vítimas de tráfico identificadas no Brasil.

Convidado:

Dr. Delano Cerqueira Bunn, Chefe da Divisão de Direitos Humanos do Departamento da Polícia Federal



O Dr. Delano Cerqueira Bunn apresentou a competência da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal e fez recomendações concretas para que equipes de Núcleos e Postos possam trabalhar com mais segurança. Dentre as recomendações ressalta-se a implantação de um plano de segurança para cada posto avançado e núcleo, com medidas específicas para gestão de pessoal, de

documentos e elaboração de planos de desligamento de funcionários.

Os participantes recomendaram que se realize uma capacitação para equipes de Núcleos e Postos Avançados sob a coordenação da Divisão de Direitos Humanos do Departamento de Polícia Federal por entender que o tema deve ser tratado com a máxima seriedade.

Sessão III: Tráfico de Pessoas

Convidados:

Sra. Fabiana Gorenstein, Oficial de Projetos do ICMPD

Sr. Luis Gouveia, Diretor de Fronteiras, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Portugal

Essa sessão teve como finalidade abordar os conceitos centrais sobre tráfico de pessoas, seus elementos constitutivos, os tipos de tráfico, os principais documentos internacionais e temas conexos.



A metodologia da apresentação feita por Fabiana Gorenstein privilegiou o debate com os participantes, apresentando de forma interativa questões referentes ao tráfico de pessoas para que as respostas surgissem em

função da experiência e do conhecimento dos presentes. Assim, a convidada abordou os conceitos centrais sobre o tráfico de pessoas, os elementos, os tipos de tráfico, os principais documentos internacionais e temas conexos.



O Sr. Luis Paulo Gouveia, Inspetor Superior do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e membro do Grupo de Especialistas em Tráfico de Seres Humanos da Comissão Europeia abordou os seguintes temas:

- Como interpretações pessoais dificultam a comprovação de casos de exploração ou de tráfico;
- Situações reais encontradas por ele;
- Dificuldade de se comprovar a exploração para o trabalho doméstico, visto a dificuldade de se reunir indícios sólidos para se configurar o crime;
- Relato dos aspectos culturais e religiosos que influenciam as pessoas exploradas a não denunciarem seus exploradores.



O palestrante coordenou um exercício prático para construção de indicadores de situações de exploração e/ou tráfico para demonstrar a dificuldade em elaborá-los, a necessidade de se complementar o trabalho com outras evidências técnicas e a questão da subjetividade das interpretações. O palestrante comentou os indicadores sugeridos pelos participantes baseando-

se em sua experiência para promover a discussão.

Os participantes sugeriram abordar a questão dos indicadores no Guia de Referência Rápida que está em fase de elaboração.

Sessão IV: Modalidade do tráfico de pessoas

Convidados:

Sr. Luis Alexandre de Farias, Auditor Fiscal do Trabalho, São Paulo

Sra. Verônica Maria Teresi, Consultora ICMPD

A sessão abordou as várias modalidades de tráfico de seres humanos elencadas no Protocolo de Palermo, estabelecendo as diferenças e similitudes entre elas. Foi dada maior ênfase ao caso de tráfico para fins de exploração laboral urbana no Brasil, com apresentação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo e apresentação de casos concretos encontrados em fiscalizações conduzidas pelo Auditor Fiscal do Trabalho Alexandre de Farias, tais como a



autuação de grandes magazines da área têxtil atuantes no Brasil. Esses casos são considerados inovadores porque tradicionalmente as autuações em casos de trabalho forçado ocorriam no ambiente rural e não utilizavam mão de obra de migrantes indocumentados.

Uma das principais ferramentas discutidas foi a Instrução Normativa nº 91, de 5 de outubro de 2011, que dispõe sobre a fiscalização da trabalho realizado em condição análoga a de escravo e que estabelece *condições objetivas* para identificar situações de tráfico. Os participantes discutiram a possibilidade de se utilizar os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa para avaliar eventuais casos de tráfico para fins exploração sexual.

Verônica Teresi apresentou as modalidades do tráfico de pessoas, conforme descritas no Protocolo de Palermo. Também abordou o marco legal brasileiro referente ao tráfico de pessoas, suas respectivas modificações legais, os avanços e limites da legislação, os crimes conexos e as competências para a investigação e processo penal.

DIA 3: SEXTA-FEIRA, 11 NOVEMBRO

Sessão V: O Tráfico de seres humanos no Brasil – Política Nacional e Marco Legal

Convidado:

Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva, Gab/SNJ/MJ

O palestrante João Guilherme, Chefe de Gabinete do Secretário Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça abordou as iniciativas do Governo Federal para o enfrentamento do tráfico de pessoas, entre as quais a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e as expectativas e desafios da implementação do II Plano Nacional, bem como o esforço da Secretaria Nacional de Justiça para ampliar o escopo dessas iniciativas promovendo maior participação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas. O palestrante compartilhou o intenção da Secretaria Nacional de Justiça para integrar e dar consistência interna aos planos e políticas públicas geridas pelo órgão.



Sessão VI: Intercâmbio de Experiências entre Núcleos e Postos Avançados: Lições aprendidas e Boas Práticas

Convidados:

Juliana Armede, Coordenadora do NETP/SP

Nelma Pontes, Coordenadora do NETP/ GO

Augusto Valentim, Coordenador do PAAHM/RJ

Moderadora: Ana Luiza Moraes Patrão, Articuladora da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas DEJUS/SNJ/MJ

O objetivo da sessão foi apresentar experiências e lições aprendidas pelos Núcleos e Postos Avançados já em funcionamento para reconhecer o trabalho já realizado, para promover o intercâmbio de experiências e compartilhar conhecimento e as consequentes lições aprendidas.



Os Núcleos de São Paulo e Goiás e o Posto Avançado do Rio de Janeiro apresentaram exemplos de **lições aprendidas** e/ou **boas práticas** resultantes de sua atuação.

A Coordenadora do NETP/GO Nelma Pontes apresentou o caso de uma adolescente travesti do Estado do Pará transportada para a cidade de Anápolis-Goiás para obter documentos falsificados e seguir rumo ao exterior. O caso provocou a reflexão sobre a necessidade de se estabelecer padrões e serviços para o público LGBTT (especialmente abrigos) e sobre as especificidades de se lidar com casos de tráfico de crianças ou adolescentes e que requerem o trato com a Justiça Especializada de Infância e Juventude e suas especificidades. Por outro lado, Nelma Pontes considerou uma lição aprendida a necessidade premente de formar as equipes de Núcleos e Postos em temas de gênero e sexualidade, promovendo reciclagens periódicas que possibilitem uma atuação centrada nos direitos humanos e com respeito aos interesses das pessoas traficadas.

A Coordenadora do NETP/SP Juliana Armede apresentou o sistema criado em São Paulo para promover o estabelecimento dos Comitês Regionais, chamando atenção para a importância de:

- Estabelecer fluxos de comunicação com outras Secretarias Estaduais e Municipais - desde que esses fluxos sejam adaptáveis a diferentes realidades locais. Informou que apesar de haver um fluxo de atendimento, construído pelo Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas de São Paulo, a implementação deste depende sempre de adaptação local. Também reafirmou a importância de cada rede estadual ou municipal conhecer em detalhes as atribuições de cada instituição participante;
- Proporcionar a troca de experiência com outros Estados para a compreensão da importância da instalação dos comitês regionais;
- Necessidade de se estabelecer um fluxo de atendimento comum, baseado no princípio do pacto federativo, que possa servir como orientação geral, a ser elaborado e publicado pelo ETP/DEJUS/SNJ/MJ.
- Necessidade do estabelecimento de diretrizes comuns que norteiem o trabalho, a serem elaborados e publicados pelo ETP/DEJUS/SNJ/MJ.

O Coordenador do Posto Avançado no Rio de Janeiro Augusto Valentin apresentou a publicação de relatórios periódicos de gestão sobre as ações desenvolvidas, contendo dados sobre as pessoas atendidas e as principais dificuldades encontradas para implementar um serviço eficiente como um exemplo de boa prática. O convidado chamou atenção para a dificuldade de entrar na área restrita do aeroporto internacional, local em que estão os deportados e não-admitidos que precisariam de atendimento. Sugere que se faça um convênio de amplitude nacional entre o ETP/DEJUS/SNJ/MJ e a INFRAERO que permita as equipes de postos avançados ingressar nas áreas restritas para prestar atendimento.

Os participantes abordaram os seguintes tópicos durante o debate:

- Necessidade da criação de mecanismos de monitoramento para acompanhar os serviços oferecidos por Núcleos e Postos Avançados;
- Padronizar o material de identificação das equipes que trabalham nos diferentes postos: uniforme, logo e material de divulgação padronizado etc;
- Criação de variáveis comuns para produção de relatórios de gestão e de monitoramento;
- Ampliação do esforço para capacitar os profissionais que trabalham nos aeroportos;
- Necessidade de pactuar ações de atendimento com a Assistência Social para atendimento de casos específicos, como por exemplo de pessoas com deficiências ou com transtornos psiquiátricos;
- Necessidade de estabelecimento de fundo específico para cobrir gastos frequentes com acomodação, alimentação e transporte de pessoas atendidas pelos Postos;
- Os participantes recomendam que o EPT/DEJUS/SNJ/MJ estude realizar um convênio com órgãos federais responsáveis pelos aeroportos, tais como INFRAERO, Receita Federal e o Departamento de Polícia Federal permitindo assim aos Postos atuar nas áreas restritas;
- Recomenda-se fazer um mapeamento de ONGs e mecanismos nacionais de referência que atuam no exterior com pessoas traficadas, facilitando o intercâmbio e a troca de informações de forma célere.
- Discutiu-se qual o objetivo do serviço prestado pelos Núcleos: diagnóstico inicial ou acolhimento?
- Sugeriu-se a realização de um levantamento sobre os mecanismos de registros dos atendimentos já existentes para que os novos Núcleos e Postos Avançados em processo de implantação possam contar com modelos unificados.

Sessão VI – Assistência Integral às vítimas de tráfico

Convidados:

Francisco Antonio de Souza Brito, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Departamento de Proteção Social Especial.

Veronica Maria Teresi, Facilitadora ICMPD

Belén Liste Lázara, Subdiretora Geral para o Tratamento da Violência de Gênero, Xunta de Galicia, Espanha

Moderador: Enrico Ragaglia, ICMPD



Essa sessão teve como objetivo abordar as ações que tem por objetivo promover a assistência integral às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas.

O Sr. Francisco Brito, do Ministério de Desenvolvimento Social, apresentou a política nacional de proteção social especial, o Sistema Único da Assistência Social - SUAS abordando especificamente os serviços de média complexidade, especialmente os CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) e o PAEFI (Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

Verônica Teresi, que apresentou a Rede Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, abordando especificamente os Centros de Referência da Mulher, a Central de Atendimento à Mulher (número 180) e os principais desafios enfrentados pela rede de serviços da rede de atendimento as mulheres, entre os quais se destaca a questão do atendimento a pessoas traficadas nos casos com indícios de envolvimento com o crime organizado e que não podem ser abrigadas nos Centros de Referências já existentes e o perfil

específico de algumas pessoas traficadas, que é diferente do das vítimas de violência doméstica.

A Subdiretora Belén Liste Lázara, representante da Xunta da Galicia, Espanha, organização parceira no Projeto Itineris, apresentou o panorama do tráfico e de exploração de mulheres brasileiras naquela região da Espanha, apontando as principais iniciativas públicas e parcerias institucionais com organizações da sociedade civil para o atendimento das mulheres vítimas de violência e de tráfico. A convidada disponibilizou um Guia para o enfrentamento ao tráfico de pessoas que além de reunir conceitos básicos, contém os contatos das organizações locais que compõem a rede de atendimento na Galícia. A Subdiretora também se ofereceu para ser um ponto de contato entre os Núcleos e Postos Avançados do Brasil e organizações na Galícia em casos de necessidade.

Consulta sobre o Guia de Referência Rápida sobre tráfico de seres humanos para Núcleos e Postos

Moderadora: Verônica Maria Teresi, Consultora ICMPD

O objetivo da sessão era consultar as equipes de Núcleos e Postos sobre os conteúdos que deveriam ser prioritariamente abordados no Guia de Referência sobre tráfico de seres humanos que está em fase de elaboração. O resultado dessa consulta foi utilizado como insumo para elaborar o documento (Anexo III). A proposta de índice foi discutida com os participantes para recolher recomendações (Anexo IV).

Sessão de Encerramento

Foi realizada uma breve sessão de encerramento, com agradecimentos feitos por Fabiana Gorenstein e Enrico Ragaglia, Oficiais de Projeto do ICMPD; pela Ana Luiza Moraes Patrão,

Articuladora da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas DEJUS/SNJ/MJ e pela Verônica Maria Teresi, Facilitadora do evento.

Lembrou-se aos participantes que esse foi o encerramento do primeiro dos três eventos de formação a serem promovidos no marco do Projeto Itineris. Mais informações sobre os próximos passos devem ser compartilhadas nos próximos meses. Todos os participantes receberam os certificados de participação, assinados conjuntamente pelo ETP/DEJUS/SNJ/MJ e pelo ICMPD.



AVALIAÇÃO DA III REUNIÃO TÉCNICA – COMENTÁRIOS GERAIS E RECOMENDAÇÕES:

- A agenda da III Reunião Técnica privilegiou exposições de palestrantes qualificados, mas percebeu-se a necessidade de maior interação e debate entre os participantes, especialmente entre as equipes de Núcleos, Postos Avançados e o ETP/SNJ/DEJUS/MJ. Recomenda-se que nas próximas oportunidades haja um equilíbrio maior entre exposições e trabalhos em grupo.
- A realização conjunta e sucessiva da III Reunião Técnica e do II Encontro da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas ainda que promova uma racionalização de recursos para formação fez com que as equipes permanecessem uma semana afastados de seus locais de trabalho. Percebeu-se o impacto do cansaço causado pelo excesso de atividades na participação dos presentes.
- Percebe-se a forte necessidade de se ampliar os canais de contato com os participantes dos demais eventos do Projeto Itineris (equipes de Núcleos e Postos Avançados e equipe ETP/DEJUS/SNJ) como forma de adequar a agenda as necessidades concretas do público-alvo e consequentemente melhor gerenciar as expectativas em relação aos próximos eventos.
- As equipes dos Núcleos e Postos Avançados manifestaram-se a favor da criação de canais de contatos e de monitoramento sistemático por parte da SNJ sobre o formato do atendimento prestado a pessoas traficadas ou migrantes. Sugere-se a promoção de encontros periódicos com o objetivo de monitorar e melhorar os mecanismos de gestão dos Núcleos e Postos Avançados.

ANEXOS:

- I. Programação da III Reunião Técnica;
- II. Convite para sessão sobre boas práticas e lições aprendidas pelos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados;
- III. Questionário para a identificação de necessidades e prioridades dos Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a serem incluídas no Guia de Referência Rápida;
- IV. Avaliação referente à Proposta de índice para Guia de Referência para Núcleos e Postos;
- V. Lista de participantes da III Reunião Técnica;
- VI. Avaliação da III Reunião Técnica.